

O IMPACTO ECONÔMICO DA

CLASSE OCIOSA

THORSTEIN VEBLEN



O IMPACTO ECONÔMICO DA
**CLASSE
OCIOSA**

THORSTEIN VEBLEN

TRADUÇÃO
LEONARDO CASTILHONE



APRESENTAÇÃO

Em *O impacto econômico da classe ociosa*, obra publicada em 1899, Thorstein Veblen analisa detalhadamente o conceito de consumo conspícuo, termo criado por ele e que pode ser resumido, *grosso modo*, na frase anônima: “Ostentação é comprar aquilo que você não quer, com o dinheiro que você não tem, para mostrar para alguém de quem você não gosta.”

Enfocando o consumo em vez da produção, ao contrário da maioria dos textos sobre economia da época, Veblen investiga a vocação humana em buscar o inútil, o supérfluo e o raro, em que recursos materiais e financeiros são investidos de maneira perdulária para exibição de formas exteriores de superioridade.

Crítico do capitalismo e cético em relação às virtudes do socialismo, Veblen foi um dos fundadores da escola de Economia Institucional, defendendo a ideia de que a economia está inserida nas instituições e se relaciona com os fenômenos socioculturais.

Apesar de publicado no final de século XIX, *O impacto econômico da classe ociosa*, por meio de sua abordagem evolucionária para o estudo dos sistemas econômicos, não perdeu de maneira nenhuma sua relevância para a compreensão da economia atual e seus exemplos sintomáticos: a cultura do dinheiro fácil, o enriquecimento sem esforço, o desejo doentio por *status* e a ganância desenfreada.

PREFÁCIO

O propósito do presente estudo é discutir o lugar e o valor da classe ociosa como fator econômico da vida moderna, mas verificou-se a impossibilidade de confinar a discussão às fronteiras tão estritamente delimitadas. Forçosamente se dá certa atenção à origem e às derivações da instituição, assim como a aspectos sociais da vida que não são comumente classificados como pertencendo à ciência econômica.

Em determinados pontos, a discussão avança por territórios da teoria econômica ou da generalização etnológica, que podem, num primeiro momento, parecer relativamente estranhas ao leitor. O capítulo introdutório demonstra a natureza dessas premissas teóricas para evitar (é o que se espera) toda e qualquer confusão. Uma definição mais explícita a respeito do posicionamento teórico implicado neste trabalho é oferecida numa série de artigos publicada no Volume IV do *American Journal of Sociology*, em “The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labour”, “The Beginnings of Ownership” e “The Barbarian Status of Women”. Porém, o argumento não se respalda nessas — relativamente novas — generalizações de modo a perder completamente seu possível valor, como um mero detalhe da teoria econômica, de modo que, na visão do leitor, acabem sendo insuficientemente ancoradas em autoridade ou dados.

Parte por conveniência, parte por ser menos provável compreender mal o senso de fenômenos comuns a todos os homens, os dados

utilizados para ilustrar ou reforçar o argumento foram, na maioria das vezes, baseados na vida cotidiana, seja por observação direta, seja por serem situações públicas e notórias, em vez de fontes exóticas distantes do habitual. Espera-se que ninguém sinta insultado seu senso literário ou aptidão científica por recorrermos a fatos banais do dia a dia, ou por o que pode parecer uma liberdade insensível ao tratar de fenômenos vulgares ou fenômenos da intimidade humana que, vez ou outra, protegem do impacto da discussão econômica.

Tais premissas e evidências corroborantes, por serem provenientes de fontes insólitas, assim como qualquer artigo teórico ou dedução que se apropria de ciências etnológicas, também são mais acessíveis e descomplicadas, e suas fontes mais facilmente identificáveis por pessoas razoavelmente instruídas. Por conseguinte, preferimos não mencionar fontes nem autoridades. Do mesmo modo, as poucas citações apresentadas, apenas com valor elucidativo, também não possuem as devidas referências, visto que serão reconhecidas com bastante facilidade sem a necessidade de orientações.

INTRODUÇÃO

A instituição de uma classe ociosa tem seu maior desenvolvimento no auge da cultura bárbara, como, por exemplo, na Europa feudal ou no Japão feudal. Nessas comunidades, a distinção entre classes sociais é praticada com rigor, e a distinção entre os empregos adequados para cada uma das diversas classes é o aspecto de maior impacto econômico nessas diferenças de classes. Aquelas mais altas são, de acordo com o costume, isentas ou excluídas das funções industriais, sendo reservados certos tipos de ocupações que condizem com seus respectivos graus de honra. A atividade mais honrosa de qualquer comunidade feudal é a guerra e o sacerdócio que, geralmente, vem depois da guerra. Se a comunidade bárbara não é bastante belicosa, o sacerdote pode passar a prevalecer, deixando o guerreiro em segundo lugar. Porém, ainda que com poucas exceções, para guerreiros ou para padres, permanece a regra de que as classes mais altas são desobrigadas de ter funções industriais, sendo essa isenção a expressão econômica de seu nível superior. A Índia bramânica nos traz uma boa ilustração da desobrigação dessas duas classes. Nas comunidades pertencentes à cultura bárbara superior, há uma notável diferenciação de subclasses dentro daquela que pode ser, sem dúvida, chamada de classe ociosa; e paralelamente existe uma individualização de tarefas nessas subclasses. A classe ociosa como um todo compreende as classes nobres e clericais, junto de boa parte de seus séquitos. As ocupações da classe são igualmente diversificadas, mas

possuem a característica econômica comum de serem não industriais. Dessa forma, as ocupações não industriais da classe superior podem ser encontradas, *grosso modo*, na política, nas guerras, na hierarquia religiosa e nos esportes.

Numa etapa antiga, mas não a mais distante, do período bárbaro, a classe ociosa existia de maneira menos distinta. Nem as distinções de classe, nem as distinções entre as ocupações da classe ociosa eram tão minuciosas e intrincadas. Os habitantes das ilhas da Polinésia, no geral, oferecem-nos uma clara representação dessa etapa do desenvolvimento, exceto pelo fato de que em seu plano de vida, devido à ausência de animais grandes, a caça não ocupava o lugar de honra de costume. A população islandesa, nos tempos das Sagas, também é um bom exemplo disso, existindo uma rigorosa distinção entre as classes e entre as ocupações próprias de cada classe. Trabalho manual, indústria, qualquer atividade que tivesse a ver diretamente com as tarefas domésticas para se obter um sustento eram a ocupação exclusiva da classe inferior, que incluía escravos e outros subordinados, além das mulheres, que normalmente também a compunham. Se existem vários níveis de aristocracia, as mulheres da alta sociedade são as que mais costumam estar isentas do trabalho industrial ou pelo menos da maioria das funções manuais mais banais. Os homens da alta sociedade não eram apenas dispensados, mas, em razão de normas consuetudinárias, eram praticamente proibidos de atuar em qualquer ocupação industrial. O leque de ocupações disponíveis para eles era definido de forma rígida. Quanto aos indivíduos do patamar superior já mencionado, as ocupações a eles reservadas estão em governos, guerras, religiões e esportes. Essas quatro linhas de atividade regem o projeto de vida das classes altas, e para os mais altos postos — os reis ou chefes tribais —, são as únicas atividades que o costume ou o senso comum da sociedade pode permitir. Com efeito, onde o projeto de vida está bem assentado, duvida-se até mesmo que os esportes possam ser considerados legítimos para os membros de alto status. Para as camadas inferiores da classe ociosa, algumas outras ocupações são disponibilizadas, mas são funções subsidiárias a um ou a outro daqueles trabalhos típicos da classe ociosa. São exemplos a manufatura e o reparo de armamentos, equipamentos

e canoas de guerra, acessórios e tratamento de cavalos, cães e falcões, confecção de indumentárias sacras etc. As classes inferiores são excluídas dessas honradas funções secundárias, exceto daquelas que sejam de caráter puramente industrial e daquelas que estejam remotamente ligadas às típicas ocupações da classe ociosa.

Se dermos um passo para trás, afastando-nos dessa paradigmática cultura bárbara e adentrando aos níveis inferiores dos bárbaros, não conseguiremos mais encontrar uma classe ociosa plenamente desenvolvida. Entretanto essa camada inferior de bárbaros apresenta os usos, motivos e circunstâncias que deram fundamento para o desabrochar da instituição de uma classe ociosa, e indica os passos que foram trilhados para o crescimento dela em seus primórdios. Tribos nômades de caçadores em várias partes do mundo ilustram essas fases mais primitivas da diferenciação. Qualquer uma das tribos caçadoras da América do Norte pode servir de bom exemplo. Mal se pode considerar que essas tribos tenham uma classe ociosa. Há uma diferenciação de funções e uma distinção entre classes com base nessa diferença de funções, mas a desobrigação de trabalhar por parte da classe superior não chegou ao ponto de tornar-se aplicável a designação “classe ociosa”. As tribos pertencentes a esse nível econômico fizeram com que a diferenciação econômica produzisse uma distinção manifesta entre as ocupações de homens e mulheres, e essa diferenciação tem caráter ínvio.¹ Em quase todas essas tribos, as mulheres são, de acordo com os costumes prescritos, submetidas às funções das quais, num próximo momento, derivarão as ocupações industriais propriamente ditas. Os homens ficam

1. N. do T.: O termo original em inglês é “*invidious*”, que pode significar “invejososo”, mas também tem o sentido de “injusto, injustamente discriminativo, abusivo”, entre outros. Muitas traduções, inclusive para outros idiomas, utilizam a palavra “valorativo”, já que o autor, mais adiante, oferece uma definição desse conceito de maneira técnica. No entanto, será utilizado o termo “ínvivo” no decorrer do livro em função de Veblen, na época, ter introduzido certos termos que se tornaram jargões no âmbito da Economia, da Sociologia, da Psicologia e de outras Ciências Sociais, por terem múltiplas acepções que conduzem ao sentido por ele pretendido. Por fim, etimologicamente falando, este é o termo em português que mais se assemelha ao original.

isentos dessas tarefas triviais e são preservados para a guerra, a caça, os esportes e as obrigações religiosas. Nesse caso, pode ser observada uma discriminação bem interessante.

Essa divisão laboral coincide com a distinção entre a classe trabalhadora e a classe ociosa, pois esta surge no auge da cultura bárbara. Conforme o avanço da diversificação e da especialização das funções, foi sendo traçada uma linha que passou a dividir as tarefas industriais das não industriais. Os principais ofícios dos primeiros bárbaros não estão na origem de boa parcela das funções que vieram a ser criadas com o desenvolvimento industrial. No desenvolvimento que veio a seguir, tais ocupações sobreviveram apenas em trabalhos que não eram classificados como industriais — guerra, política, esportes, aprendizado e sacerdócio. As únicas exceções importantes são uma parcela da indústria pesqueira e certas tarefas leves que duvidosamente são consideradas industriais, como a fabricação de armas, brinquedos e produtos esportivos. Praticamente todo o leque de ofícios industriais é uma derivação daquilo que costumava ser chamado de “trabalho de mulher” nas comunidades bárbaras primitivas.

O trabalho dos homens no primeiro período bárbaro era tão indispensável para o grupo quanto os trabalhos realizados pelas mulheres. Pode até ser que o trabalho dos homens contribuísse igualmente com os suprimentos alimentares e outras necessidades de consumo do grupo. Contudo o aspecto “produtivo” do trabalho dos homens é de fato tão óbvio que, na literatura econômica convencional, a função de caçador é considerada como um tipo de serviço industrial primitivo. Entretanto não é essa a noção bárbara em relação ao assunto. Aos olhos do bárbaro, ele não é um trabalhador e não pode ser equiparado às mulheres nesse quesito; nem seus esforços podem ser comparados aos afazeres domésticos das mulheres, que são laboriosos ou industriais, de tal forma que seja possível confundi-los. Há em todas as comunidades bárbaras um profundo senso de disparidade entre as funções do homem e da mulher. O trabalho dele pode conduzir à manutenção do grupo, mas somente será percebido se for imbuído de uma excelência e uma eficácia tamanhas que não possa, de forma nenhuma, ser comparado com as diligências triviais das mulheres.

Recuando ainda mais na perspectiva cultural — entre grupos selvagens —, a diferenciação das atividades é ainda menos elaborada, e a distinção individual entre classes e ofícios é menos uniforme e menos rigorosa. Exemplos inequívocos de uma cultura selvagem primitiva são difíceis de serem encontrados. Pouquíssimos são os grupos ou comunidades classificadas como “selvagens” que não apresentam traços de retrocesso em relação a um estágio cultural mais avançado. Entretanto existem grupos — alguns deles aparentemente não resultantes do retrocesso — que demonstram traços de selvageria primitiva com certa constância. A cultura deles difere daquela das comunidades bárbaras devido à ausência de uma classe ociosa e à ausência, em grande parte, de ânimo ou da atitude espiritual de que depende a instituição da classe ociosa. Essas comunidades de selvagens primitivos, nas quais não há hierarquia de classes econômicas, compõem apenas uma pequena e imperceptível parcela da raça humana. Um exemplo bastante apropriado dessa fase cultural pode ser observado nas tribos das Ilhas Andamã ou na tribo Todas dos Montes Nilgiri. O estilo de vida desses grupos, na época dos primeiros contatos com os europeus, parecia ser bastante comum, pelo menos no que diz respeito à ausência de uma classe ociosa. Podemos também citar os ainus de yezos e possivelmente também alguns grupos bosquímanos e esquimós. Algumas comunidades pueblo podem ser incluídas na mesma classe, mas sem tanta certeza.² Quase todas as comunidades — senão todas — aqui citadas podem ser casos de degeneração de um período bárbaro superior em vez de serem portadoras de uma cultura que nunca sobrepujou o nível atual. Se for assim, elas devem ser levadas em consideração para o presente propósito, mas, de todo modo, podem servir de provas como se fossem de fato, populações “primitivas”.

Essas comunidades sem classe ociosa também se assemelham umas às outras no tocante a outros aspectos de suas estruturas sociais

2. *As tribos das Ilhas Andamã, a tribo dos todas e as comunidades pueblo incluídas na mesma classe: referências aos aborígenes do Japão, da Austrália, África e das Américas refletem o crescente interesse em estudos etnográficos, como A Sociedade Antiga, de Lewis Henry Morgan (1877).*

e estilos de vida. São pequenos grupos detentores de uma estrutura simplória (arcaica); eles costumam ser pacíficos e sedentários; são pobres, e a propriedade privada não é uma característica dominante de seu sistema econômico. Ao mesmo tempo, isso não implica que sejam as menores comunidades existentes nem que suas estruturas sociais sejam, de forma alguma, as menos diferenciadas; não é necessário também que todas as comunidades primitivas que não possuem um sistema de propriedade individual definido estejam incluídas nessa classe. Mas se deve notar que a classe parece incluir os grupos de homens mais pacíficos — talvez todos os especialmente pacíficos. Com efeito, a característica comum mais evidente aos membros desse tipo de comunidade é uma certa incapacidade obsequiosa quando confrontados com força ou ardil.

As evidências proporcionadas pelo uso e pelos traços culturais das comunidades num nível rudimentar de desenvolvimento indicam que a instituição de uma classe ociosa emergiu gradualmente durante a transição da selvageria primitiva para o período bárbaro, ou, mais precisamente, durante a transição do pacifismo para hábitos invariavelmente beligerantes. Ao que parece, as condições necessárias para seu desabrochar sistemático foram: (1) a comunidade deve ter hábitos predatórios (guerras e/ou caça de animais de grande porte), isto é, os homens que conformam a classe ociosa embrionária devem estar acostumados a padecer em razão de força e de estratégias; (2) a subsistência deve ser obtida de maneira razoavelmente fácil a ponto de permitir que uma considerável parcela da comunidade seja dispensada de uma rotina laboral constante. A instituição de uma classe ociosa é o resultado de uma ancestral discriminação entre ofícios, de acordo com a qual alguns trabalhos sejam dignos e outros, desonrosos. Segundo essa antiga distinção, os primeiros são ofícios que podem ser classificados como proezas ou façanhas, e os segundos são atividades cotidianas e necessárias que não compreendem nenhum elemento perceptível de heroísmo.

Como essa distinção praticamente não tem importância na sociedade industrial moderna, foram raros os autores economistas que se debruçaram sobre o assunto. Quando vista sob a égide do senso comum

contemporâneo, guia da atual discussão econômica, essa diferenciação parece demasiado formal e irrelevante. No entanto, continua sendo, de maneira implacável, um preconceito corriqueiro da vida moderna, como se demonstra, por exemplo, quando de nossa habitual aversão a trabalhos banais. É uma distinção de cunho pessoal — de superioridade e inferioridade. Nas primeiras fases da cultura, quando a força do indivíduo tinha uma relevância mais óbvia e imediata no decurso dos eventos, o elemento heroico valia mais no cotidiano das pessoas. Havia um maior interesse em torno dessa questão e essa distinção parecia mais imperativa e essencial. Portanto, em virtude de ser um fato subsequente ao desenvolvimento, a distinção é um assunto vital com respaldo suficientemente válido e convincente.

O motivo habitual para a discriminação entre os fatos muda quando também se altera o interesse habitual contido nos fatos cujas características são evidentes e singulares, razão pela qual o interesse dominante do período lança luz sobre elas. Qualquer causa de distinção parecerá insignificante para qualquer um que tenha o costume de captar os fatos mencionados por um diferente ponto de vista e julgue-os de maneira diversa. O hábito de distinguir e classificar os inúmeros fins e orientações das atividades fatalmente prevalece sempre e em todos os lugares, pois é indispensável para elaborar uma teoria ou plano de vida que possa ser aplicado na prática. O ponto de vista particular (ou a característica particular) que é considerado como conclusivo na classificação dos fatos da vida depende do interesse subjacente a uma discriminação dos fatos. As bases da discriminação e, portanto, o procedimento para classificar os fatos mudam paulatinamente à medida que a cultura se expande, já que a finalidade se altera em virtude da qual os fatos da vida são compreendidos, e por consequência o próprio ponto de vista também muda. Desse modo, aquilo que é reconhecido como aspectos evidentes e conclusivos de uma classe de atividades ou de uma classe social num determinado estágio cultural não preservará a mesma importância relativa para os propósitos da classificação em qualquer estágio posterior.

Mas a mudança de padrões e pontos de vista é gradual e raramente resulta na subversão ou completa supressão de uma perspectiva

anteriormente aceita. Costuma-se fazer, ainda, uma distinção entre ofícios industriais e não industriais, sendo essa distinção uma versão moderna e modificada da diferenciação bárbara entre trabalhos nobres e triviais. Essas funções, como as relativas à guerra, à política, aos cultos religiosos e às festividades, são percebidas pelo público em geral como intrinsecamente diversas do trabalho relacionado à elaboração de meios de vida materiais. A linha que define tais limites não é igual àquela existente no período bárbaro primordial, mas a distinção em sentido amplo não caiu em desuso.

Atualmente, em realidade, a tácita distinção de acordo com o senso comum é que qualquer atividade deverá ser considerada como industrial contanto que seu principal propósito seja a utilização de coisas não humanas. Por isso, o uso coercitivo de homens por outros homens não é considerado como uma função industrial; mas todos os esforços voltados ao aprimoramento da vida humana graças a um ambiente não humano são vistos como atividades industriais. Conforme os economistas que melhor preservaram e adaptaram a tradição clássica, o “poder do homem sobre a natureza” é atualmente postulado como o fato característico da produtividade industrial. Esse poder industrial sobre a natureza inclui o poder do homem sobre a vida dos animais e sobre todas as forças elementais. Assim, uma linha delimita o marco entre a humanidade e o resto da criação.

Em outros tempos e entre homens com outros tipos de preconceitos, essa linha não delimitava as mesmas diferenças que estabelecemos hoje. No estilo de vida selvagem ou bárbaro, o marco era delimitado em outro lugar e de outra maneira. Em todas as comunidades da cultura bárbara, há um profundo e dominante senso de antítese entre dois grupos abrangentes de fenômenos: em um, o homem bárbaro inclui a si mesmo, em outro, suas provisões. Há uma antítese perceptível entre os fenômenos econômicos e não econômicos, mas não é concebida da maneira moderna. Ela não reside entre homem e o restante da criação, mas entre seres animados e coisas inertes.

Talvez hoje seja um excesso de precaução explicar que a noção bárbara do termo “animado” não é a mesma que seria evocada pela palavra “vivo”, pois não abrange todas as coisas vivas, mas abarca muitas outras. Um

fenômeno natural tão impressionante como uma tempestade, uma doença, uma cachoeira são reconhecidos como “animados”; ao passo que frutas, vegetais ou até mesmo animais insignificantes, como moscas, larvas, roedores, ovelhas, não são comumente identificados como “animados”, exceto quando os citamos de maneira coletiva. Do modo que aqui utilizamos, o termo não implica necessariamente uma morada da alma ou do espírito. O conceito inclui coisas que, segundo a interpretação do selvagem ou bárbaro animista, são formidáveis em virtude de um hábito, real ou imputado, de iniciar uma ação. Essa categoria compreende uma vasta gama de objetos e fenômenos naturais. Tal distinção entre o inerte e o ativo ainda se encontra presente nos hábitos mentais de pessoas levianas, e ainda afeta profundamente a teoria predominante sobre a vida humana e os processos naturais. Entretanto, ela não permeia nossa vida cotidiana, profundamente ou não, até o ponto de gerar consequências práticas aparentes nos primórdios da cultura e das crenças.

Para a mente do bárbaro, a elaboração e utilização daquilo que é oferecido pela natureza inerte é uma atividade completamente diversa de como ele se relaciona com coisas e forças “animadas”. A linha divisória pode ser vaga e oscilante, mas a noção geral da distinção real é convincente o bastante para influenciar o estilo de vida bárbaro. À classe de coisas interpretadas como animadas, a imaginação bárbara atribui um desdobramento de atividades direcionadas a um fim. É esse desdobramento teleológico de atividades que estabelece um fato “animado” a qualquer objeto ou fenômeno. Onde quer que o rudimentar selvagem ou bárbaro depare com uma atividade nada inconveniente, ele tende a interpretá-la nos únicos termos que lhe são plausíveis: aqueles imediatamente oferecidos por sua consciência de suas próprias ações. A atividade é, portanto, assimilada à ação humana, e os objetos ativos, desse modo, são equiparados ao agente humano. Fenômenos desse tipo — sobretudo aqueles cujos comportamentos são evidentemente desafiadores e estonteantes — devem ser enfrentados com um ânimo diferente e uma perícia diversa daquela exigida para lidar com coisas inertes. Ser bem-sucedido no enfrentamento de tais fenômenos é mais uma façanha do que uma tarefa industrial. É uma declaração de proeza, não de diligência.

Diante dessa discriminação ingênua entre o inerte e o animado, as atividades do grupo social primitivo tendem a dividir-se em duas classes, que, em tempos modernos, passaram a chamar-se *façanha* e *indústria*. Enquanto *indústria* é o esforço que cria algo novo, com uma nova finalidade disponibilizada pela mão de seu inventor a partir de um material passivo (“bruto”); *façanha*, caso gere um resultado útil para o agente, é a conversão para seus próprios fins de energias previamente direcionadas para alguma outra finalidade. Ainda falamos sobre “matéria-prima” com um pouco da noção bárbara de um profundo significado dedicado ao termo.

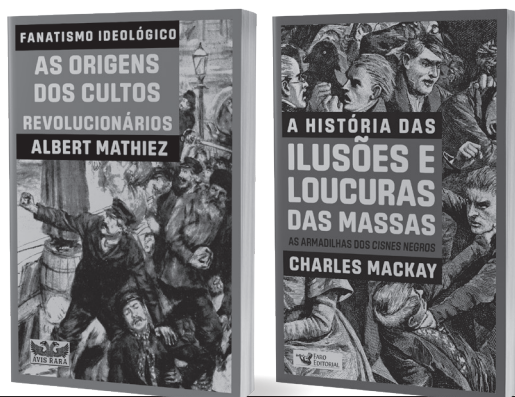
A distinção entre *façanha* e serviços domésticos coincide com a diferença entre os sexos. Os sexos diferem não só em estatura e força muscular, mas talvez muito mais em questões de temperamento, e isso, em tempos imemoriais, deve ter dado origem a uma divisão laboral correspondente. A gama de atividades englobada pela *façanha* recai sobre os homens, pois são maiores, mais fortes, mais capazes de enfrentar pressões súbitas e violentas, além de serem mais propensos a autoafirmação, emulação ativa³ e agressão. As diferenças de massa corporal, compleição física e temperamento deviam ser mínimas entre os membros de grupos primitivos; aliás, parece-nos que eram relativamente insignificantes em algumas das sociedades mais antigas de que temos conhecimento — como, por exemplo, as tribos das Ilhas Andamã. Porém, assim que a diferenciação de funções começou com base nas discrepâncias evidenciadas pela diferença no físico e no ânimo, a diferença original entre os sexos se ampliou. Um processo cumulativo de adaptação seletiva à nova distribuição de ofícios foi estabelecido, especialmente quando o grupo teve contato com um habitat ou uma fauna que presumia uma aplicação considerável da força física. A constante busca por caças de grande porte demanda mais das principais

3. N. do T.: A palavra “emulation”, em inglês, é mais um exemplo de termos que se tornaram correntes no jargão acadêmico das áreas citadas na nota anterior. O termo “emulação”, em português, ainda que pouco utilizado, possui um significado de “competitividade”, porém, também de “lutar para se igualar ou superar outrem por meio da imitação”.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS

WWW.FAROEDITORIAL.COM.BR

CONFIRA OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO



Há um grande número de portadores do vírus HIV e de hepatite que não se trata. Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

Faça o teste. Não fique na dúvida!

CAMPANHA



ESTE LIVRO FOI IMPRESSO
EM JUNHO DE 2021